

REALISMO E CIÊNCIA SOCIAL*

Alguns comentários sobre “*The Possibility of Naturalism*” de Roy Bhaskar

Ted Benton

1. Introdução

Um crescente número de obras filosóficas¹ está, hoje, disponível, que a) apresenta uma alternativa “realista” às até então predominantes correntes “positivistas” e “convencionalistas” da filosofia da ciência e que b) tenta usar a descrição realista da ciência na análise da prática científica social. Em geral, o objetivo dessa análise tem sido transcender a oposição polarizada, que caracteriza, desde sempre, o debate na filosofia das ciências sociais entre um dualismo positivismo versus “humanismo”, “hermenêutica” ou “neokantismo”. Comumente, o resultado dessa obra tem sido sustentar os procedimentos explanatórios do materialismo histórico, em uma ou outra leitura, como compatíveis com a filosofia realista. Além disso, elementos da epistemologia realista têm sido atribuídos a Marx, Engels e outros marxistas em seus escritos filosóficos. O que é notável, porém, é a grande diversidade de leituras do marxismo – desde a teoria crítica ao estruturalismo althusseriano – que parecem ser indiferentemente assimiláveis à defesa realista.

Uma vez, no entanto, que o novo realismo “transcendental” se ocupa simplesmente das condições gerais de possibilidade de um número de formas características de atividade científica (experimental, educativa científica, etc.), não é surpreendente, nem preocupante, descobrir que ele é igualmente compatível com várias tentativas substantivas diferentes, até mesmo mutuamente incompatíveis, de explicação no interior de uma ciência em particular. O que pode ser mais preocupante, no entanto, é que parece ele parece ser compatível com mais de uma entre várias reflexões filosóficas conflitantes entre aquelas tradições científicas. Em parte, devo argumentar, essa dificuldade deriva da confiança na explicação realista mais influente das ciências naturais na consideração de uma gama estreita e inadequada dessas ciências. A aplicação do modelo resultante de atividade científica natural às ciências sociais tem sido problemática de tal maneira que reproduz algumas das características familiares da oposição positivista/dualista.

A obra influente em questão é a de Roy Bhaskar. Seu primeiro livro, *A Realist Theory of Science* (será abreviado aqui como *ARToS*), trouxe uma imensa contribuição ao estabelecer e

* Fonte: *Radical Philosophy*, n. 27, 1981, pp. 13-21.

¹ Entre elas: Roy Bhaskar, *A Realist Theory of Science*, Leeds, 1975, e Hassocks e New Jersey, 1978, “Feyerabend and Bachelard: Two Philosophies of Science”, *New Left Review*, n. 94 (1975); “On the Possibility of Social Scientific Knowledge and the Limits of Naturalism”, In: Mepham e Ruben (orgs.), *Issues in Marxist Philosophy*, vol. III, Hassocks, 1979; e *The Possibility of Naturalism*, Brighton, 1979; Russell N. Keat, “Positivism, Naturalism and Anti-Naturalism in the Social Sciences”, *Journal for the Theory of Social Behaviour*, I, pp. 3-17; Russell Keat e John Urry, *Social Theory as Science*, Londres, 1975; T. Benton, *Philosophical Foundations of the Three Sociologies*, Londres, 1977, e “Natural Science and Cultural Struggle” In: Mepham e Ruben (orgs.), op. cit., Vol. II; Andrew Collier, “In Defence of Epistemology”, In: *Radical Philosophy*, n. 20, Verão de 1978; e David Thomas, *Naturalism and Social Science*, Cambridge, 1979.

sistematizar o realismo transcendental como alternativa coerente e bem articulada às tradições estabelecidas na filosofia da ciência. Essas descrições rivais de ciência, caracterizadas como “realismo empírico” e “realismo transcendental” foram sujeitas a críticas formidáveis, mas quase como um todo relacionadas às suas descrições das ciências naturais. Em *ARToS*, a questão da possibilidade de ciências sociais e psicológicas naturalistas é postulada, mas não lidada sistematicamente. O segundo livro de Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism* (abreviado aqui como *PoN*), assume o desafio, em defesa de

um naturalismo antipositivista qualificado, baseado numa visão essencialmente realista da ciência. Tal naturalismo sustenta que é possível dar uma descrição da ciência sob a qual os métodos apropriados e mais ou menos específicos tanto das ciências naturais, quanto sociais, podem se encaixar. Mas ele não nega que há diferenças significativas nesses métodos, fundamentadas em diferenças reais em seus objetos de estudo e na relação em que suas ciências estabelecem com eles.²

Descrito nesses termos gerais, tenho grande simpatia pelo projeto de Roy Bhaskar, mas, quanto à natureza das diferenças que ele identifica, e sua significância, devo questioná-lo. Em particular, proponho argumentar que a extensão e o significado das assimetrias entre ciências naturais e ciências sociais que Roy Bhaskar afirma identificar justificariam a descrição de sua posição como uma forma de antinaturalismo, ao invés de um "naturalismo qualificado". Disto decorre que sua pretendida transcendência da polarização positivismo x hermenêutica não é totalmente bem sucedida. A insuficiência a esse respeito se deriva da reprodução na obra de Roy Bhaskar da mesma ontologia dualista que opõe o natural e o humano, sob a qual se assenta a base das formas hermenêutica e neokantianas de antipositivismo. Essa ontologia, por sua vez, se sustenta numa concepção desnecessariamente restrita das ciências naturais. Isso exclui ou sub-representa as características filosóficas e metodológicas de um número de ciências históricas e da vida, cujo peso para as ciências, tanto filosófico, quanto substantivo, é direto e muito pertinente ao projeto filosófico de Roy Bhaskar.

2. O argumento de *ARToS*

Recordemos que *ARToS* pós-tuma a questão transcendental, em relação a um número de práticas científicas naturais características: “quais são as condições de possibilidade (pressuposições) dessas atividades (ou de sua racionalidade ou inteligibilidade)?” As práticas investigadas dessa maneira incluem a experimentação, a aplicação do conhecimento científico a sistemas “abertos”, a percepção científica, a educação ciência e a mudança e desenvolvimento da ciência. Essas são, infelizmente, algumas ambiguidades na elaboração dessas questões por Roy Bhaskar, no entanto, que têm implicações no estatuto das respostas que ele oferece. Algumas dessas ambiguidades, e possíveis fontes de incompreensão, são esclarecidas no capítulo 1 de *PoN*, mas algumas são persistentes. Mais significantes são as ambiguidades em torno das premissas da dedução transcendental.³ Devemos ter como premissa a *existência* de uma prática científica, tal como o experimento, ou, ao invés disso, sua inteligibilidade, ou, ainda, sua racionalidade (no sentido de “justificação racional”)? Pode-se

² Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, op. cit., p. 3.

³ Ver, p. ex., *ARToS*, pp. 30-36, onde “pressuposições” se tornam “condições de possibilidade” na p. 36. Ligado a isso, vemos passagens da “inteligibilidade” para a “racionalidade” e “existência” de práticas tais como a percepção científica, como se estas fossem equivalentes.

muito bem argumento, é claro, que, uma vez que a experimentação é uma prática cognitiva simbolicamente significativa, seria difícil afirmar sua existência a menos que ela fosse inteligível. Mas ainda permanece uma diferença importante entre a aceitação como premissa da inteligibilidade da experimentação científica e aceitar sua justificação racional. Me parece que as fortes conclusões ontológicas da dedução transcendental decorrem apenas da última versão da premissa, e não da primeira. Em outras palavras, é legítimo argumentar a partir da *inteligibilidade* da experimentação científico em favor da *presuposição* de que o mundo tem tais e tais características (isto é, que os cientistas que conduzem experimentos estão, portanto, *comprometidos* com a existência de um mundo com essas características), mas, que o mundo *realmente* possui tais características decorre apenas da premissa de que a experimentação é racionalmente justificada. Ao meu ver, no entanto, essas dificuldades de articulação podem ser resolvidas e, em todo caso, elas não estão centralmente envolvidas com o interesse desse artigo com a aplicação do modelo realista transcendental para as ciências sociais.

Em *ARToS*, então, os argumentos transcendentais são alegados para demonstrar as características gerais que devem ser possuídas pelo mundo se ele for um objeto possível do conhecimento científico, e pela sociedade, se o conhecimento, como uma espécie de prática social, deve ser sustentado. Essas “condições de possibilidade” da ciência podem ser agrupadas como pertencentes a duas “dimensões”, uma dimensão “transitiva” e uma “intransitiva”, caracterizadas dessa maneira:

[...] uma dimensão transitiva, na qual o objeto é a causa material ou conhecimento preestabelecido que é usado para gerar o novo conhecimento, e uma dimensão intransitiva, na qual o objeto é a estrutura ou mecanismo real que existe e age de forma totalmente independente dos homens e das condições que permitem aos homens o acesso a ele.⁴

Na dimensão intransitiva, a dedução transcendental gera a conclusão de que o mundo é tanto estruturado quanto diferenciado. Quer dizer, o mundo (diferente do mundo da epistemologia realista *empírica*) tem uma profundidade ontológica. Ele é constituído por mecanismos cujas tendências e potências podem ou não ser exercidas. Quando o são, as potências dos mecanismos reais podem não se “realizar”, e mesmo quando realizadas, as sequências de eventos resultados podem não ser detectados pelo “homem”. O mundo é diferenciado no sentido que os mecanismos podem existir e operar, seja em sistemas fechados, onde sequências de eventos de “conjunção constante” ocorrem, seja em sistemas abertos onde os resultados da operação de um múltiplo de mecanismos são tais que as conjunções constantes ocorrem. Caracteristicamente, os mecanismos na natureza operam em sistemas abertos: geralmente, embora não sempre, o encerramento é artificial, a realização da prática experimental. As leis são afirmações “normativas” a respeito de tendências ou potências das coisas, que são manifestas na forma de conjunções constantes sob condições de encerramento, mais as quais devem ser supostas também para existir e serem exercidas em sistemas abertos, onde nenhuma conjunção constante é manifesta, por causa da codeterminação de resultados por outros mecanismos.

⁴ *ARToS*, p. 17.

Na dimensão transitiva, o livro *ARToS* conclui, a sociedade deve ser “um conjunto de potências irreduzíveis, mas presente apenas nas ações intencionais dos homens”⁵ que devem, por sua vez, ser agentes causais, capazes de agir intencionalmente no mundo, monitorando essa atividade, e monitoramento de segunda ordem disso. Na dimensão transitiva, o “objeto” é o conhecimento previamente estabelecido que é transformado para produzir novo conhecimento.

Diretamente disso, conclui-se que, uma vez que os mecanismos e estruturas sociais e psicológicas claramente não podem existir e atuar “totalmente independente dos homens”, elas não são objetos possíveis intransitivos do conhecimento científico. Pode ser que algumas de suas características gerais possam ser derivadas por deduções transcendentais das condições de possibilidade das práticas científicas *naturais*, mas aqui elas figuram como condições, na dimensão transitiva, do conhecimento científico da natureza, apenas, e como objetos do conhecimento *filosófico*, ao invés de científico.

Além disso, uma vez que os argumentos centrais de Roy Bhaskar se ocuparam com as implicações da atividade experimental, uma vez que a atividade experimental pressupõe a possibilidade de sistemas fechados, e uma vez que nos é dito que mecanismos sociais e psicológicos ocorrem apenas em sistemas abertos, segue-se um outro obstáculo epistemológico às ciências sociais e psicológicas naturalistas: a ausência da prática experimental.

Estritamente falando, então, a posição de Roy Bhaskar em *ARToS* o compromete a um dualismo radical dos domínios natural e humano, o que o compromete ainda mais a um dualismo epistemológico a respeito da possibilidade de conhecimento desses domínios:

NATURAL

1. Mecanismos independentes das pessoas.
2. Possibilidade de ciência preditiva.
3. Prática experimental sustentada.
4. Objetos intransitivos do conhecimento científico.

HUMANO

1. Mecanismos dependentes das pessoas.
2. Impossibilidade de ciência preditiva.
3. Sem prática experimental.
4. *Condição* transitiva do conhecimento científico apenas.

O resultado dessa posição adotada no livro *ARToS*, então, parece ser um antinaturalismo dualista, no tocante às ciências humanas.

Mas essa não é uma conclusão que Roy Bhaskar está disposto a aceitar facilmente. Embora aparentemente já descartado por decreto de definição, a possibilidade de um conhecimento científico naturalista dos mecanismos sociais e psicológicos é, *sim*, discutida em *ARToS*. Roy Bhaskar reconhece que, até então, seu argumento central “focou-se na possibilidade da atividade experimental”,⁶ então, ou algum análogo disso deve ser encontrado nas ciências

⁵ *ARToS*, p. 20.

⁶ *ARToS*, p. 244.

humanas, ou devemos “estimar o grande abismo que deve separá-las das ciências da natureza”.⁷

Ao longo da discussão parece haver uma correspondência presumida entre as ciências experimentais e naturais, por um lado, e as não-experimentais e humanas, por outro, embora isso não seja nem explicitamente afirmado, nem defendido.

Felizmente, há um análogo de experimentação nas ciências sociais. É aquele que as teorias que se incorporam em práticas sociais podem vir a ser vistas pelos próprios atores sociais participantes como incapazes de explicação não-*ad hoc* dos fenômenos significativos (p.ex. a economia neoclássica e a grande depressão da década de 30). No entanto, a caracterização desse análogo do experimento em *ARToS* é posto de forma muito breve e rudimentar. Ele também parece ser muito pouco promissor para qualquer defensor de uma abordagem naturalista nas ciências sociais. A própria sociedade deve ser compreendida como um colossal experimento autoconstruído e autointerpretado. Não parece haver espaço para a ciência social enquanto prática cognitiva distinta, com métodos distintos e uma teoria autônoma, como é o caso das ciências naturais. Essa concepção também é comparável em muitos aspectos à noção popperiana de “engenharia social” como análogo da ciência social para a experimentação, e está suscetível a objeções amplamente similares.⁸

No entanto, deixando de lado a questão da adequação desse análogo experimental proposto, é importante reconhecer que a própria especulação que lhe dá origem – que a ciência social naturalista pode ser possível – implica numa revisão na definição da fronteira entre transitivo/intransitivo. Se é possível até considerar que possa haver conhecimento científico sobre os mecanismos sociais e psicológicos, então, conclui-se que deve ser possível considerar mecanismos dependentes das pessoas como potenciais objetos intransitivos de conhecimento. Uma vez que isso é descartado pela definição original da dimensão intransitiva de Roy Bhaskar, então, conclui-se que uma revisão dessa definição é necessária se a consistência deve ser restaurada e a possibilidade do naturalismo explorada.

3. O argumento do livro *PoN* e algumas críticas

Uma condição necessária do projeto de Roy Bhaskar em *PoN*, então, é uma revisão da distinção entre transitivo e intransitivo, e uma consequente dispersão da oposição entre natural e humano. Sem isso, a impossibilidade de um naturalismo é a conclusão direta. A primeira revisão da distinção vem no capítulo 1, onde a marca dos objetos intransitivos do conhecimento passa a ser que “eles existem e agem independentemente do conhecimento do qual eles são objetos”.⁹ Essa revisão permite a possibilidade de que mecanismos e processos sociais e psicológicos, ao menos sob suas caracterizações, possam ser objetos de conhecimento intransitivo possíveis. Ela, no entanto, parece descartar a possibilidade, no caso de uma classe de tais mecanismos e processos, a saber, aqueles que *constituem* o conhecimento. Esse problema da identidade parcial do sujeito e objeto do conhecimento é, de fato, uma dificuldade geral para a manutenção da distinção entre transitivo e intransitivo

⁷ *ARToS*, p. 245.

⁸ Ver, p. ex., meu livro *Philosophical Foundations*, op. cit., p. 38ff.

⁹ *PoN*, p. 14.

nas ciências humanas, e Roy Bhaskar, mais tarde,¹⁰ produz uma nova revisão na distinção para dar conta dela. Podemos distinguir entre independência existencial e causal: tais relações sociais são existencialmente independentes do conhecimento, mas causalmente interdependentes com ele. Para as ciências sociais e humanas, seus objetos intransitivos são existencialmente, mas não causalmente, independentes dos processos pelos quais são conhecidos.

Mas, é claro, remover um obstáculo para a consideração da possibilidade de naturalismo não é o mesmo que estabelecer sua possibilidade. E é a tentativa de Roy Bhaskar de defender isso que eu devo tragar agora, focando em seu argumento já que ele afeta especificamente as ciências sociais, como distintas das ciências psicológicas. O peso principal desse argumento que me ocuparei é dado no segundo capítulo de *PoN*. Aqui, o argumento é que há diferenças fundamentais entre os objetos de conhecimento naturais e sociais, que constituem “limites” ao naturalismo nas ciências sociais, mas que essas diferenças são condições de possibilidade do conhecimento científico social, no mesmo *sentido*, mas não alcançadas da mesma forma que o conhecimento científico natural.

Pode parecer que, ao investigar as condições de possibilidade, e a questão de sua satisfação, do conhecimento científico social, o método mais óbvio seria um realista transcendental aplicar os procedimentos de *ARToS* a esse novo domínio. As práticas científicas sociais seriam identificadas, e uma dedução transcendental de suas condições de possibilidade seria tentada. Mas, como Roy Bhaskar acertadamente aponta, o que está em questão, aqui, é precisamente o problema de se há quaisquer práticas científicas sociais e, *se há, quais* são elas. A extensão do método de *ARToS* simplesmente imploraria a questão em favor, não apenas da possibilidade, como da realidade do naturalismo.

Mas o método adotado em *PoN* como alternativa não é totalmente claro. Há descrições conflitantes e as suas práticas não parecem ser inteiramente consistentes com qualquer uma delas. Minha reconstrução do argumento é, portanto, bastante especulativa. O argumento parece ter três fases principais: 1) a dedução *a priori* de certas propriedades gerais das sociedades (e pessoas); 2) uma comparação dessas com aquelas propriedades gerais dos objetos naturais em virtude da quais elas são objetos possíveis de conhecimento científico natural. Essa comparação gera uma série de diferenças ontológicas epistemologicamente significantes; e 3) a tentativa de demonstração de que o conhecimento científico dos objetos sociais é possível, a despeito, ou melhor, por causa dessas diferenças.

Lidarei com cada uma dessas três fases desse argumento por vez. A primeira fase, a demonstração *a priori* das propriedades emergentes relevantes das sociedades, é problemática em muitos respeito. Às vezes, a afirmação é que essa demonstração consiste em uma análise das condições necessárias para qualquer forma de vida social,¹¹ enquanto em outro lugar ela é apresentada como uma derivação da análise de um número de tipos característicos de atividade humana (“dizer”, “fazer”, “criar”).¹² O argumento principal, no entanto, parece ser

¹⁰ *PoN*, p. 60.

¹¹ *PoN*, p. 18.

¹² *PoN*, p. 43.

um que toma a existência da atividade intencional como tal como sua premissa.¹³ Em todas essas três caracterizações, o argumento é transcendental – o que *deve* ser o caso se “a” (atividade, etc.) for possível. Se tomarmos o argumento de Roy Bhaskar de que a preexistência das formas sociais é necessária para a ação intencional, por exemplo, esse é um argumento claramente transcendental. Mas não parece haver nada, exceto, talvez, sua maior generalidade, para distingui-lo de outros usos de formas de argumento transcendentais na pesquisa científica social substantiva.¹⁴ Seu estatuto como argumento especificamente *filosófico* está em dúvida. Seu conteúdo e plausibilidade se sustenta na aceitabilidade do modelo “transformacional” de prática humana que é introduzida com ele, e numa *caracterização* específica de ação intencional que está sujeita à controvérsia entre as diferentes tradições de pesquisa sociológica.

A significância dessa crítica não é simplesmente que Roy Bhaskar falha em sustentar uma distinção entre a investigação filosófica e substantiva nas ciências sociais. Não estou certo de que desejaria por muito peso nessa distinção, em todo caso, embora um *ad hominem*, o argumento deve ter alguma força, uma vez que o próprio Roy Bhaskar devota espaço e engenho considerável na tentativa de preservar a distinção.¹⁵ Em vez disso, a significância dessa crítica é que o procedimento adotado na primeira fase do argumento envolve Roy Bhaskar, afinal, aderindo a certas tradições de pesquisa substantiva no interior das ciências sociais (especificamente, durkheimiana e marxiana, ou, na verdade, algumas versões dessas), em detrimento de outras, não apenas em suas conclusões, mas em sua própria *premissa*: a caracterização da ação intencional. Em resumo, esse procedimento contém uma petição de princípio tanto quanto qualquer aplicação direta do método de *ARToS*. Há, de fato, ligações sistemáticas entre disputas sobre a caracterização correta da ação intencional e das disputas sobre o que é e o que não é uma abordagem propriamente “científica” da investigação científica social. Afirmações similares poderiam ser feitas sobre o uso por Roy Bhaskar da concepção durkheimiana de “poder coercitivo” da sociedade para demonstrar sua realidade *sui generis*.

A segunda fase do argumento – a comparação das propriedades gerais das sociedades com aquelas dos objetos das ciências naturais com uma visão da sua significância epistemológica – não é menos problemática. É claro, estritamente falando, se a primeira fase do argumento falha, então, a segunda também falha, mas eu me propus a tratar a comparação do objeto natural e social em abstração das dificuldades metodológicas envolvidas no estabelecimento independente das propriedades epistemologicamente significativas dos objetos sociais. Em parte, porque o argumento de Roy Bhaskar tem um alto grau de interesse intrínseco, e em parte porque tenho grande simpatia por algumas das características mais importantes dessa caracterização dos objetos sociais, apesar de minhas reservas tanto quanto aos seus métodos de demonstração delas, quanto por suas maneiras de representar tais métodos.

Tendo introduzido uma dispersão limitada da oposição entre o humano e o natural (por meio da revisão dos limites entre o transitivo e o intransitivo) como condição para sequer postular a questão da “possibilidade do naturalismo”, Roy Bhaskar procede na reconsolidação dessa

¹³ *PoN*, p. 46 e p. 65.

¹⁴ Ver *PoN*, p. 64ff.

¹⁵ Ver *PoN*, p. 64ff.

oposição na forma de uma série de “limites ao naturalismo” ontológicos, epistemológicos e relacionais. A primeira diferença ontológica entre as estruturas naturais e sociais, que constitui um limite à possibilidade do naturalismo é que as estruturas sociais não existem independentemente das “atividades que elas governam”, enquanto as estruturas naturais, sim.¹⁶ Essa suposta dessemelhança é imprecisamente expressa e, além disso, não parece ter sido estabelecida na primeira fase do argumento. Ela é introduzida, na verdade, como se fosse uma verdade autoevidente. No entanto, na interpretação mais óbvia de “atividades que governam”, simplesmente, não é verdade que a existência das estruturas sociais depende dessas atividades. Por exemplo, o conceito de estrutura de poder necessária a uma pesquisa sociológica empírica deve permitir ao investigador identificar relações de poder onde poderes não são, de fato, exercidos, embora continuem sendo possuídos.¹⁷ Em tais casos, as atividades que constituem o exercício de poderes (= governadas pela estrutura de poder?) não são necessárias para a existência da estrutura de poder (embora outras atividades possam ser). O pleno poder coercitivo do Estado, por exemplo, pode continuar a ser possuído sem ser exercido, embora tais atividades como o aumento dos impostos, o recrutamento, treinamento e equipamento de forças armadas possa ser necessário para a manutenção dessa estrutura de relações de poder. Isso é totalmente comparável a muitos mecanismos naturais. Um organismo pode, por exemplo, nunca realizar a atividade reprodutiva, mas ainda assim reter seu sistema e potências reprodutivas. No entanto, *algumas* atividades do organismo (como a nutrição) seriam necessárias à retenção dessas potências, mas não aquelas diretamente governadas pelo próprio sistema reprodutivo.

Em outro lugar, Roy Bhaskar oferece, possivelmente como uma proposição geral incluindo a citada acima, a caracterização de estruturas como não existentes independentemente de seus efeitos: elas (as estruturas sociais) estão presentes apenas dentro e através das atividades dos agentes humanos.¹⁸ Conclui-se, então, que no domínio social, todas as atividades são atividades de agentes humanos. Mas, para sustentar o caráter *sui generis* das estruturas sociais, é necessário distinguir entre aquelas atividades dos agentes que são exercícios de suas potências intrínsecas e aquelas atividades que são reais exercícios de potências que residem nas estruturas sociais, mas que operam através das atividades dos agentes humanos. Com certeza, porém, se qualquer pessoa “A” é agente de uma atividade, “a”, então “A” deve ser o possuidor da potência da qual “a” é o exercício. Se isso é aceito, então, conclui-se que, na melhor das hipóteses, podemos distinguir apenas potências dos agentes possuídas em virtude de suas naturezas intrínsecas, e potências dos agentes possuídas em virtude de suas propriedades relacionais. A concepção de estruturas sociais de Roy não as sustenta, afinal, como possuidoras autônomas de potências causais, ou, portanto, como realidades *sui generis*. Roy Bhaskar compromete-se, pelo que parece, com uma forma variante de individualismo na ciência social.¹⁹

¹⁶ *PoN*, p. 48.

¹⁷ Ver, p. ex., Steven Lukes, *Power: A Radical View*, Londres, 1976. Meu artigo, “Objective Interest and the Sociology of Power” (não publicado) apresenta esse argumento em maior profundidade.

¹⁸ Por exemplo *PoN*, p. 50.

¹⁹ Sou um tanto cético quanto ao poder desse argumento, mas o mantenho porque me parece ter um interesse intrínseco. Suspeito que ver onde ele dá errado, supondo que dê errado, seria esclarecedor.

Um segundo limite ontológico ao naturalismo é que as estruturas sociais não existem independentemente das concepções dos agentes sobre o que fazem, enquanto as estruturas naturais, sim. Essa tese de dependência conceitual das estruturas sociais desempenha um grande papel no argumento de *PoN*, assim como em outras obras antinaturalistas,²⁰ mas está sujeito a variadas interpretações que afetam radicalmente sua significância epistemológica. A tese é de que, em geral, as estruturas sociais existem apenas se os agentes tem *alguma* concepção do que fazem? Me parece difícil sustentar o conceito de sequer existir um agente sem a noção de conceitualização da atividade, de forma que, visto que agentes humanos são uma condição necessária para a existência de estruturas sociais (e isso é dificilmente discutível), então, a tese se sustenta. Mas, como está, me parece haver pouca ou nenhuma significância epistemológica. Certamente, sugere que, uma vez estabelecidas, as concepções científicas podem competir com as concepções preexistentes dos agentes sobre as mesmas atividades. Uma série de consequências e problemas políticos fluem disso, mas nenhum deles particularmente epistemológico, em oposição às ciências naturais, onde disparidades similares entre a ciência e o “senso comum” persistem.

No extremo oposto, a tese da dependência conceitual pode se dar no sentido de que a existência de estruturas sociais depende de os agentes terem a concepção particular que têm do que fazem. Algumas relações são, de fato, assim (p. ex. amizade). Se *cada* parte da relação muda sua concepção do que é a relação, então a relação *ipso facto* deixa de existir. Mas muitas relações sociais, talvez a maioria delas, e certamente as mais sociologicamente significantes, não são assim. Onde a sociedade cerca e mantém uma relação com sanções, incluindo poderes coercitivos, as relações sociais podem ser, e são, sustentadas através de uma grande diversidade de atores participantes e por meio de mudanças imensas nas suas concepções sobre o que fazem (as relações entre empregador e trabalhador, de dominação imperial e de casamento são três claros exemplos de tais estruturas sociais).

Por outro lado, a tese de dependência conceitual pode ser tomada como especificação de uma relação causal entre concepções dos atores e o caráter das estruturas sociais, de forma que mudanças nas concepções dos atores do que eles fazem são causas, entre tantas outras, da mudança estrutural. Tais mudanças podem ou não estar alinhadas com as intenções dos atores cujas concepções se modificarem. Novamente, me parece que essa tese não está obviamente errada. Porém, ela dificilmente pode ser considerada como uma verdade demonstrável *a priori* sobre a sociedade como tal. Questões sobre a relação causal entre estruturas sociais de vários tipos e concepções dos autores sobre elas estão em aberto, e respondê-las requer pesquisa empírica e teórica. Não há razão para supor que qualquer resposta universalizável para todos os tipos de estrutura social esteja próxima. Além disso, nessa versão, também, não parecem haver sérias dificuldades epistemológicas para a possibilidade de uma ciência social emergente dessa tese de dependência conceitual.

A terceira suposta limitação ontológica da possibilidade do naturalismo é a de que “estruturas sociais, diferente das naturais, podem ser apenas relativamente duradouras (de modo que as tendências que eles fundamentam podem não ser universais no sentido de invariáveis no

²⁰ A mais conhecida dessas, talvez, é a obra de Peter Winch, *A Ideia de uma Ciência Social e sua Relação com a Filosofia*, Editora Unesp, São Paulo, 2020.

espaço-tempo)”.²¹ É claro que é verdade que as estruturas sociais podem estar, de fato, instanciadas por períodos de tempo historicamente limitados, e dentro de áreas geograficamente restritas, mas isso é bastante consistente com suas tendências e potências serem universais onde quer que as estruturas apropriadas sejam instanciadas. Isto é a invariância espaço-tempo no sentido necessário - ou seja, as localizações espaço-temporais não são em si fatores causais. Estranhamente, o próprio Roy Bhaskar parece reconhecer isso quando, posteriormente, diz que as leis sociais podem ser universais, dentro do seu alcance, embora restritas em seu escopo.²² Mas, precisamente o mesmo é verdade sobre as leis e estruturas do mundo natural. Como disse Engels, a descoberta da historicidade na natureza foi uma conquista distintiva do século XIX, que culminou na geologia de Lyell e na biologia evolutiva de Darwin.²³ Mecanismos naturais, como os sociais, não são eternos, mas tem condições definidas de existência que podem ou não estar presentes em qualquer ponto do espaço ou tempo. Se levarmos em conta as qualificações posteriores de Roy Bhaskar sobre sua posição a respeito da variância espaço-temporal da estrutura social, então, ele se compromete com uma negação da historicidade da natureza. Isso constituiria, de fato, um limite ao naturalismo nas ciências sociais. Felizmente, não temos que concordar que mecanismos naturais não tem um caráter histórico.

Há um aspecto, entretanto, em que a historicidade do social apresenta dessemelhanças com a historicidade dos mecanismos naturais que podem ser considerar como tendo consequências epistemológicas. Geralmente é verdade que as mudanças históricas que requerem distinções conceituais básicas em sua ciência (isto é, mudanças “qualitativas”, em alguns usos do termo), têm uma periodicidade temporal que é muito grande em relação à periodicidade da mudança conceitual na própria ciência. Em todos os sentidos cognitivamente relevantes, então, pode-se dizer que o mundo que é compreendido através das categorias da ciência após uma revolução nessa ciência é *o mesmo mundo* como foi compreendido, talvez com menos penetração, pelas categorias suplantadas da ciência. Nenhuma grande nova divisão dos organismos vivos emergiu, por exemplo, contemporaneamente à produção de Darwin/Wallace do conceito de seleção natural e que tornou obsoleta, por si só, as teorias anteriores. Revoluções científicas e avanços cognitivos são, geralmente, processos sociais. Quando tomam processos sociais como objetos, também, seus objetos tem uma periodicidade temporal de mudança que é da mesma ordem que a periodicidade da transformação no próprio processo de conhecimento. Isso certamente pode dar origem a problemas metodológicos nas ciências sociais – particularmente em relação a predições históricas de longo prazo. Mas, epistemologicamente falando, a situação é bastante comparável com a das ciências naturais. Na escala temporal muito maior da transformação biológica, geológica e cosmológica, a predição histórica de longo prazo comparável é igualmente suspeita. Haveria um problema epistemológico distintivo para as ciências sociais apenas se houvesse algum mecanismo que garantisse uma correspondência necessária entre a mudança social cognitiva e mais ampla. Tal mecanismo é, de fato, sugerido em *ARToS* e é uma característica familiar de alguns marxismos historicistas. Tal correspondência necessária é, no entanto, bastante incompatível com uma concepção da ciência como uma prática social

²¹ *PoN*, p. 49.

²² *PoN*, p. 165.

²³ Ver o meu artigo “Natural Science and Cultural Struggle”, op. cit. (n° 1).

cognitiva distinta e relativamente autônoma que Roy Bhaskar (na maior parte do tempo) e eu, também, gostaria de sustentar.

Em seguida, Roy Bhaskar apresenta, como limite epistemológica ao naturalismo, o argumento conhecido de *ARToS*, que mecanismos sociais existem apenas em sistemas abertos e que, portanto, o experimento controlado, a predição e os testes decisivos da teoria são impossíveis nas ciências sociais. Em resposta a isso, primeiro é necessário perguntar se testes decisivos da teoria são possíveis nas ciências naturais. Mesmo com um encerramento experimental do tipo clássico, pressuposições têm de ser feitas na prática se um encerramento foi, de fato, alcançado (isto é, uma pressuposição da não interferência de influências extrínsecas não detectadas no caso do mecanismo em investigação). Pressuposições teóricas também têm de ser feitas a respeito da caracterização do mecanismo e de suas atividades, tão bem quanto a respeito da instrumentação empregada. É claro, Roy Bhaskar está bem ciente disso, em outros contextos, mas o contraste bem definido entre ciência natural e social que ele traça só pode ser compreendida, penso eu, em termos de um resíduo da concepção positivista da relação entre experimentação, predição e testagem em seu pensamento.

Também ligado a isso, parece ser pressuposto no argumento de Roy que a conjunção constante de eventos associados com o encerramento é necessária para a predição. Por que esse deveria ser o caso? O que há para ser descartado do cálculo dos efeitos resultantes da operação conjunta de uma pluralidade de mecanismos? A predição é sempre, é claro, predição de algo *sob alguma descrição*. Onde sistemas muito complexos de mecanismo em interação, operando sob condições e estados iniciais que podem ser conhecidos apenas aproximadamente, os resultados podem apenas ser previsíveis ao estarem dentro de uma certa gama de possibilidades. É claro, pode-se dizer que, mesmo pressupondo um sentido amplo de “predição”, os resultados de sistemas de multimecanismos (“abertos”) são apenas previsíveis se é possível, primeiro, isolar cada mecanismo constituinte para examinar sua operação independentemente e suas relações com outros. Isso, é claro, é um problema metodológico das ciências sociais, mas não, ao meu ver, um problema epistemológico. Durkheim, por exemplo, em sua obra clássica sobre o suicídio,²⁴ usa comparações estatísticas elementares num esforço de demonstrar que um coeficiente definido de preservação ou agravamento está associado com cada uma das várias formas religiosas de vida diferentes. O propósito da comparação estatística em cada caso é descartar a possibilidade de que um dado resultado (nesse caso, a taxa de suicídio), ou dada contribuição para tal resultado, é realmente resultado da profissão de fé religiosa, ao invés da operação de algum outro mecanismo (status de minoria numa sociedade, perseguição, etc.). É claro, a implementação de Durkheim está sujeita à crítica, mas o princípio é claro, e técnicas estatísticas mais sofisticadas (embora, ainda, é claro, problemáticas de várias formas) foram desenvolvidas desde então. Em casos como esse, o isolamento de mecanismos é alcançado teoricamente e a teoria é corrigida com base nas comparações estatísticas de sistemas diferentemente constituídos que, não obstante, tem um ou mais mecanismos em comum.

Mais importante, Roy Bhaskar parece, mais uma vez, negligenciar uma gama de ciências naturais nas quais o encerramento experimental não é um meio disponível de controle

²⁴ É. Durkheim, *O Suicídio*, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2019.

empírico da teoria. Ciências naturais históricas, tais como a geologia e a biologia evolutiva, explicam fenômenos em termos da interação de pluralidades de mecanismos em sistemas abertos. Em cada uma dessas ciências, técnicas foram desenvolvidas – muitas delas diretamente comparáveis ao uso de estatística em sociologia – para incluir um elemento de controle empírico na produção e correção teórica. O encerramento experimental clássico é uma técnica (classe de técnicas) entre tantas, que está disponível em algumas, mas, de maneira alguma, em todas as ciências naturais. A crítica de Roy Bhaskar à concepção de leis causais realista empírica, de “conjunção constante”, é insuficientemente radical, no sentido que retem um certo paradigma de encerramento experimental e do seu papel na testagem das teorias, em comum com a descrição de “conjunção constante”. Novamente, o resultado disso é um contraste artificial e desnecessário entre o natural e o social.

Finalmente, Roy Bhaskar pensa que há um limite “relacional” ao naturalismo. Isso deriva da conhecida tese da identidade parcial entre sujeito e objeto do conhecimento social. O conhecimento é, por si mesmo, uma prática social, de forma que quando se toma a prática social como objeto, manter tal distinção entre objetos transitivos e intransitivos do conhecimento é problemático. Porém, como já indiquei,²⁵ Roy Bhaskar distingue a independência existencial e causal dos objetos intransitivos do conhecimento. Nas ciências sociais, é possível sustentar a independência existencial das estruturas sociais, etc., embora admitindo que há uma interação causal entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Mas o mesmo é verdade, com certeza, nas ciências naturais. A experimentação, por exemplo, como defendido em *ARToS*, pressupõe uma interação causal entre sistemas naturais e agentes humanos. Se essas questões são reconhecidas, então, a persistência de um compromisso com o dualismo entre ciência natural e social com base na tese da “identidade parcial” deve derivar de alguma concepção de estatuto especial ou distinto de autoconhecimento, tal como seria defendido por uma concepção cartesiana residual de sujeito. Essa é, por exemplo, a base metafísica da formulação clássica de Lukács da oposição entre ciência natural e social.

O resultado da comparação de Roy Bhaskar entre objetos sociais e naturais parece, então, ser uma série de concessões ao antinaturalismo, de tal forma que sua posição seria melhor descrita como uma forma de antinaturalismo, ao invés de um naturalismo, embora qualificado. Não obstante, ele permanece comprometido com a possibilidade de uma ciência social *científica*, senão uma naturalista. Mas o maior obstáculo mesmo a isso – a ausência de predição e experimentação nas ciências sociais – ainda deve ser removido. Como em *ARToS*, a busca é por um análogo de experimentação para a ciência social. Dessa vez, é a significância epistemológica de crises sociais que parece oferecer a promessa de uma solução. Se é pressuposto que, durante períodos de crise social, as estruturas gerativas subjacentes da sociedade se tornam visíveis para ela, então, um resultado da crise será a transformação das concepções dos atores participantes de suas atividades. Essas novas conceitualizações podem, então, servir como matéria prima na produção de novo conhecimento da forma social.²⁶

²⁵ M. Archer, R. Bhaskar, A. Collier, T. Lawson e A. Norrie (orgs.), “Introduction”, In. *Critical Realism: Essential Readings*, Routledge, Londres, 1998, p. 15.

²⁶ *PoN*, p. 6lff.

Há, no entanto, algumas dificuldades sérias no caminho de tal processo fornecer sequer um análogo parcial de experimentação científica: 1) ele parece ser uma condição à produção de novo conhecimento, ao invés de um meio de controle ou correção empírica; 2) parece implicar que o conhecimento científico social é possível apenas para aquelas sociedades caracterizadas por crises periódicas do tipo necessário (sociedades capitalistas?), a menos que hajam ainda outros análogos experimentais apropriados a outras formas de sociedade; 3) Roy Bhaskar não nos dá uma descrição teórica da visibilidade ou invisibilidade das estruturas gerativas e, com certeza, mesmo que pudesse, isso levaria a uma petição de princípio epistemológico e 4) uma característica universal da crise social que é difícil de reconciliar com os requisitos epistemológicos de Roy Bhaskar é que eles polarizam populações ideológica e politicamente. Se os atores dão sentido às estruturas gerativas só então visíveis de formas profundamente diversas e antagônicas, que sentido ainda é possível de se dar à metáfora da “visibilidade” e como devemos resolver o problema de *quais* concepções dos atores são matérias primas adequadas de transformação social?

Parece, então, que Roy Bhaskar, tendo afastado minimamente a oposição entre natural e social como condição de postular a questão da possibilidade do naturalismo, passa a reconstituir tal oposição. A filosofia das ciências sociais resultado é antinaturalista, e parece incapaz de sustentar a possibilidade se quer uma ciência social não naturalista. A oposição ontológica entre os domínios natural e humano continua a afetar o argumento epistemológico ao longe de $P_{\theta}N$, determinando concessões ao antinaturalismo que não são nada necessárias. A ontologia da oposição entre o natural e o humano é, por si só, sustentada pela gama indevidamente restrita de ciências (principalmente, embora não exclusivamente, a física e a química) e, portanto, das práticas científicas, que são paradigmáticas para o modelo de ciência construído em $ART_{\theta}S$ e pressupostas em $P_{\theta}N$. Esse modelo das ciências naturais tem em comum com o empirismo lógico que ele refuta com tanta eficácia, que ele sub-representa a historicidade e o desenvolvimento como características epistemologicamente significativas dos objetos das ciências naturais. A biologia evolutiva, a cosmologia, a geologia, a embriologia, são todas ciências naturais para as quais a historicidade e transformação qualitativa colocam problemas epistemológicos e metodológicos que são, em muitos aspectos, diretamente comparáveis àqueles encontrados nas ciências da história humanas, sociedade e psicologia.

Também é característica dessas ciências naturais históricas que os modelos explanatórios que empregam, designam mecanismos que não são praticamente isoláveis em ambiente experimental fechado. Se a impossibilidade de encerramento é um obstáculo epistemológico a uma sociologia científica, então, também o deve ser para um conjunto de ciências naturais. Na verdade, uma grande diversidade de meios não experimentais de controle e correção empíricas, tão bem quanto adaptações dos próprios métodos experimentais, foram desenvolvidos nessas ciências. Isso é tão verdade para as ciências históricas sociais quanto para as históricas naturais. Se considerarmos, por exemplo, o conjunto de controles empíricos envolvidos na produção e correção posterior da biologia evolutiva de Darwin, é fácil ver que nem todos eles, de maneira alguma, se encaixam no paradigma da “experimentação” clássica. Uma matéria prima importante para Darwin, que tanto estabelece a possibilidade de transformação orgânica, quanto define limites ao conjunto de mecanismos

possíveis que podem supostamente trazê-la a cabo, são generalizações práticas derivadas de criadores e jardineiros. Essas são formas de reflexão sobre intervenções humanas não experimentais na natureza, que descartam certas possibilidades explanatórias teóricas, e definem requisitos-alvo para o raciocínio teórico.

Outro importante conjunto de controles empíricos foi a gama de observações teoricamente informadas da distribuição geográfica de formas vivas, junto da evidência paleontológica da sua sucessão histórica, e a distribuição geográfica de formas “relacionadas”. Novamente, essas são evidência de uma fonte não experimental que atestam contra a ideia de criação especial e a favor da noção de descendência comum por transformação gradual. Quanto ao próprio mecanismo de seleção natural, é claro, nenhuma demonstração experimental da formação de novas espécies por sua agência está disponível, mas o desenvolvimento subsequente de tais ciências adjacentes como a genética e a ecologia tem tanto sustentado, quanto modificado a concepção de Darwin, ao passo que *elementos* do processo são relativamente isoláveis e têm sido examinados por meio de adaptações na técnica experimental. Por exemplo, vários investigadores expuseram diferentes variedades de cores de larvas de insetos contra vários planos de fundo na vizinha dos ninhos de pássaros insetívoros para descobrir taxas diferentes de predação sobre eles. Esses “experimentos” podem ser combinados com “experimentos mentais” estatísticos para determinar os efeitos sobre o fundo genético da uma população através de sucessivas gerações de tais predações diferenciais.

Por fim, no lado “humano” da oposição entre o natural e o humano de Bhaskar, há uma relutância em conceber formas de causalidade histórica como realmente distintas da agência humana individual, *apesar* da proeminência do argumento pela realidade *sui generis* das estruturas sociais. É esse resíduo do que se chama de “problemática do sujeito” que ainda sustenta o dualismo ontológico e epistemológico de *PoN*.

No início desse artigo, citei Roy Bhaskar enquanto defensor de um naturalismo antipositivista, de acordo com o qual “é possível dar uma descrição da ciência sob a qual os métodos adequados e mais ou menos específicos, tanto das ciências naturais, quanto para as sociais, podem ser abarcadas”.²⁷ Me parece que as conclusões antinaturalistas de *PoN* são parte de uma demonstração que *ARToS* falhou nesse respeito, e que o modelo de ciência produzido naquela obra requer revisão para levar em conta, em particular, características epistemologicamente significantes das ciências históricas, do desenvolvimento, naturais não experimentais e sociais. Isso envolveria uma tentativa sistemática de caracterizar adequadamente e analisar as condições de possibilidade dos controles empíricos não experimentais que esbocei acima em relação à biologia evolutiva e a obra de Durkheim sobre o suicídio. Permaneço convencido que o resultado de tais investigações traria uma confirmação dos contornos amplos do modelo realista de Roy Bhaskar, se não de parte de sua articulação mais detalhada.

No caso de ser mal compreendido como defensor de um tipo de concepção de uma ciência monolítica unificada que por tanto tempo caracterizou a ortodoxia empirista lógica, pode ser necessário apontar que meus argumentos contra o antinaturalismo de Roy Bhaskar tem a

²⁷ *PoN*, p. 3.

intenção, menos de mostrar que as ciências naturais ou, ao menos, algumas delas, são mais parecidas com as sociais do que ele supõe. Mais importante, porém, permaneço comprometido, como ele, com a visão de que há diferenças significativas nos métodos das diferentes ciências, que são baseadas em diferenças reais nos objetos dessas ciências e as relações dessas ciências com seus objetos.²⁸ Onde me diferencia de Roy Bhaskar e outros antinaturalistas é que penso que essas diferenças são quase sempre metodológicas, ao invés de epistemológicas, e que eu não alinho, diferente de Bhaskar, toda a gama de diversidade metodológica em uma única cisão, dividida entre o natural e o social. Metodologicamente, senão epistemologicamente, as ciências apresentam uma "semelhança familiar", de diferenças transversais e sobrepostas e semelhanças de método.²⁹

²⁸ *PoN*, p. 3.

²⁹ Gostaria de agradecer ao organizador do Seminário de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Sussex por estimular a redação deste artigo, e aos participantes desse seminário por me ajudarem a esclarecer e corrigir minhas ideias. Também gostaria de agradecer a Andrew Sayer, cujos comentários por escrito foram muito úteis.